

Campanha Estadual Pró-Equidade de Gênero

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) e seus parceiros lançam a Campanha Estadual Pró-Equidade de Gênero, durante o evento “O Papel do Judiciário combate à violência contra a mulher”.

O Brasil é hoje o 7º colocado mundial em violência praticada contra a mulher. Trata-se de um problema cultural e social muito grave.

A trajetória das mulheres na sociedade é uma história de lutas e conquistas, das quais elas foram e são protagonistas de grandes transformações sociais ocorridas no país e no mundo.

Os reflexos dessas mudanças influenciaram irreversivelmente as relações sociais, sejam no seio familiar, na sociedade e no mundo do trabalho.

O preconceito nem a violência poderá deter o valor delas, de seus direitos, talento e competência.

Com toda a sociedade, o Judiciário e a magistratura buscam estabelecer novos paradigmas de conceitos e de abordagem. O primeiro deles é desnaturalizar a violência e identificar suas raízes na desigualdade de gênero.

Embora a única diferença entre os sexos seja genética, ainda há desigualdade de status social. Só existe um gênero, o gênero humano, e todos têm direito a sonhar, ter projetos e desenvolver seus potenciais.

PRIORIDADES:

- Encorajar a denúncia e cobrar punições com rigor, com o objetivo de preservar e salvar vidas;
- Envolver todas as camadas sociais, órgãos públicos e a mídia, para que juntos identifiquem o que pode ser feito na construção dessa identidade humana, criando mecanismos que possam reduzir a desigualdade entre os sexos;
- É de extrema importância discutir a violência de gênero amplamente e de levar essa temática a toda sociedade em respeito à humanidade de cada um;
- Combater os crimes que são praticados contra as mulheres, como violência doméstica, tráfico para fins de prostituição e turismo sexual;
- Conscientizar a população sobre a igualdade de gêneros em vários aspectos, como carreira (salário, emprego e promoções).
- Defesa de políticas públicas, tais como as relativas ao cuidado de crianças, licença maternidade ou paternidade, para aliviar a dupla jornada das mulheres com emprego remunerado, para que mulheres e homens possam desfrutar de igualdade no trabalho e em casa.
- Amplificar os canais de participação das mulheres e sua liderança em todos os níveis, públicos e privados, para que a democracia seja significativa e inclusiva. Apesar dos progressos realizados nos últimos anos, as mulheres ainda ocupam apenas 20% dos assentos parlamentares e 27% dos cargos judiciais no mundo.

Nosso objetivo maior é rejeitar a violência e a discriminação contra mulheres e meninas, e implantar o potencial da metade da população, para que possamos ter um mundo mais pacífico, justo e generoso e um planeta sustentável.

Belo Horizonte, 31 de março de 2014